Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2014
CIRCULANTE	3.141.722
Disponibilidades	416
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 3 (k) e 4 (a))	433.392
Aplicações no mercado aberto	433.392
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4 (b))	906.232
Carteira própria	896.938
Instrumentos financeiros derivativos	8
Vinculados à prestação de garantias (Nota 15 (b))	9.286
Operações de crédito (Nota 5)	1.658.800
Operações de crédito	1.717.706
Setor público	15.632
Setor privado	1.702.074
Provisão para operações de crédito (Notas 3 (e) e 5 (e))	(58.906)
Outros créditos	86.917
Rendas a receber	1.592
Diversos (Nota 6)	85.362
Provisão para outros créditos (Notas 3 (e) e 5 (e))	(37)
Outros valores e bens	55.965
Outros valores e bens	57.021
Provisão para desvalorização	(1.057)
Despesas antecipadas	1
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.216.997
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4 (b))	267.241
Carteira própria	267.241
Operações de crédito (Nota 5)	8.580.605
Operações de crédito	8.796.011
Setor público	30.182
Setor privado	8.765.829
Provisão para operações de crédito (Notas 3 (e) e 5 (e))	(215.406)
Outros créditos	369.151
Créditos específicos (Nota 15 (c))	62.533
Diversos (Nota 6)	306.667
Provisão para outros créditos (Notas 3 (e) e 5 (e))	(49)
Outros valores e bens	
Investimentos temporários	311
Provisão para perdas de investimentos temporários	(311)
PERMANENTE	23.330
Investimentos - outros	998
Imobilizado de uso (Nota 3 (f))	20.558
Imóveis de uso	19.191
Outras imobilizações de uso	19.544
Depreciação acumulada	(18.177)
Imobilizado de arrendamento	(- /
Bens arrendados	10.418
Depreciação acumulada	(10.418)
Intangível	1.774
Ativos intangíveis	3.176
Amortização acumulada	(1.402)
·	<u>-</u>
TOTAL DO ATIVO	12.382.049
	(continua)

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014
CIRCULANTE	1.876.049
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais (Nota 7)	1.645.887
Tesouro Nacional	10.766
Banco do Brasil	2.148
BNDES	1.252.513
FINAME	379.936
Outras instituições	524
Outras obrigações	230.162
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	71.323
Fundos financeiros e de desenvolvimento	93.409
Diversas (Nota 9)	65.430
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.704.497
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais (Nota 7)	8.452.201
Tesouro Nacional	6.049
Banco do Brasil	37.306
BNDES	6.000.984
FINAME	2.395.943
Outras instituições	11.919
Outras obrigações	252.296
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	111.274
Diversas (Nota 9)	141.022
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.874
Resultados de exercícios futuros	3.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	1.797.629
Capital social	485.303
De domiciliados no país	685.303
(Capital a realizar)	(200.000)
Reserva de capital	1.328.901
Ajustes de avaliação patrimonial (Notas 3 (b) e (j), 4 (b)	1.020.301
e 13 (b))	(16.575)
TOTAL DO PASSIVO	12.382.049

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	2014
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de crédito	<u>494.727</u> 413.379
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	81.979
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.194)
Resultado das aplicações compulsórias	563
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(197.271)
Operações de captação no mercado	(5)
Operações de empréstimos e repasses	(177.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(19.456)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	297.456
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(87.792)
Receitas de prestação de serviços	19.872
Despesas de pessoal	(75.636)
Outras despesas administrativas	(16.569)
Despesas tributárias	(13.153)
Outras receitas operacionais	6.635
Outras despesas operacionais	(8.941)
RESULTADO OPERACIONAL	209.664
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(918)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	208.746
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12)	(84.373)
Provisão para imposto de renda	(47.842)
Provisão para contribuição social	(28.723)
Ativo fiscal diferido	(7.808)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE (Nota 11)	124.373

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de capital Fundo regimental	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	85.303	709	1.603.819	(15.582)		1.674.249
Ajustes de avaliação patrim - TVM (Nota 4 (b)) Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais (Nota 13 (c))	400.000		(400,000)	(1.056) 63		(1.056) 63
Aumento de capital (Nota 11) Lucro líquido do semestre Constituição de reservas (Nota 11)	400.000		(400.000)		124.373 (124.373)	124.373
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	485.303	709	1.328.192	(16.575)		1.797.629

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido ajustado	162.208
Lucro líquido do semestre	124.373
Depreciação e amortização	1.482
(Ganhos)/Perdas de capital	3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.456
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	4.256
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	3.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.103
Variação de Ativos e Obrigações	(207.249)
(Aumento)/Redução em titulos e valores mobiliários	53.494
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(923.883)
(Aumento)/Redução em outros créditos	3.965
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(51.869)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	700.644
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(83)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	11.366
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	110
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	(993)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(45.041)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Alienação de imobilizado Aquisição de imobilizado Aplicação no intangível	31 (716) (159)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(844)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(45.885)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre	519.807
Disponibilidades	13
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	519.794
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre	473.922
Disponibilidades	416
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa (Nota 3 (k))	473.506

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	2014
RECEITAS	502.284
Intermediação financeira	494.727
Prestação de serviços	19.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.456)
Outras	7.141
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	177.815
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	24.837
Materiais, energia e outros	21.873
Serviços de terceiros	2.964
VALOR ADICIONADO BRUTO	299.632
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.482
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	298.150
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	298.150
Pessoal	65.114
Remuneração direta	51.364
Benefícios	10.506
FGTS	3.244
Impostos, taxas e contribuições	108.050
Federais	107.012
Estaduais	27
Municipais	1.011
Remuneração de capitais de terceiros Alugueis	613 613
Remuneração de capitais próprios	124.373
Lucros retidos do semestre	124.373
Eddiod Tollado do demodilo	124.070

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº. 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região. Os recursos repassados pelo BRDE são oriundos principalmente do sistema BNDES-FINAME.

As aplicações financeiras do BRDE, em sua quase totalidade (93,44%), são realizadas em Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE.

O "BB Pólo 27 Fundo de Investimento Renda Fixa de Longo Prazo", CNPJ 05.698.839/0001-69, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando suas aplicações de recursos em ativos e operações de renda fixa. O BRDE é cotista exclusivo do Fundo e desta forma está exposto aos riscos e benefícios gerados pelo mesmo. No intuito de alcançar o seu objetivo, o Fundo aplica seus recursos em títulos públicos e privados com perfil de renda fixa e em operações compromissadas.

2 Demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, da Lei das Sociedades por Ações, e consolidadas conforme previsto nos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, Resolução nº. 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular nº. 3.701 de 13 de março de 2014.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

O BRDE possui participação de 100% no "BB Pólo 27 Fundo de Investimento Renda Fixa de Longo Prazo", cujo patrimônio líquido em 30 de junho é de R\$ 1.501.498 e o resultado do semestre R\$ 75.226.

A comparabilidade das demonstrações com datas-bases anteriores a 30 de junho de 2014 foi dispensada pela Circular nº. 3.701/14 em seu art. 10 parágrafo 2º.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada na data de 26 de agosto de 2014.

3 Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre; títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

Conforme estabelecido na Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os ajustes diários no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos, apurados com base nas cotações diárias informadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA S/A.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata dia" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 5, além de outros órgãos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar conforme determinam as normas do BACEN dentre elas a Resolução nº. 2.682/99.

Quando inadimplentes, as operações de crédito permanecem na carteira ativa, até completarem seis meses classificadas no "rating H", sendo então transferidas para compensação conforme prevê a Resolução nº. 2.682/99.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN e complementada por provisões adicionais, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 30 de junho, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido considerando tão somente os requisitos da Resolução nº. 2.682/99 (Nota 5 (c)) mas considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos encontra-se apresentada na Nota 5 (e).

(f) Ativo Permanente - Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens: Edificações - 4%; Instalações, Móveis, Equipamentos e Sistemas de comunicação e segurança - 10% e Sistemas de processamento de dados e Veículos - 20%. Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, 25%, 15%, 0,65% e 4%, respectivamente.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 6 (a) está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2014.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº. 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 13). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de "Disponibilidades" (caixa e bancos) e as "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", que são os investimentos de curto prazo e alta liquidez, podendo ser imediatamente convertidos em caixa. Esses papéis possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título, estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do semestre e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez

O montante de R\$ 433.392, registrado em "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" refere-se a compra de títulos com compromisso de revenda lastreados em Letras Financeiras do Tesouro - LFT's com vencimento em 01/07/2014, são classificados na categoria de títulos para negociação e tem como finalidade atender necessidades de caixa de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(b) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2014
Cotas de Fundos de Investimento Letras Financeiras do Tesouro Notas do Tesouro Nacional - B Letras do Tesouro Nacional Letras Financeiras de instituições privadas Contratos futuros Ações de companhias abertas	93.857 316.128 154.353 278.613 319.016 8 11.498
Total	1.173.473
Realizável a longo prazo	267.241
Ativo circulante	906.232

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação a critério da administração é a seguinte:

	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de Fundos de Investimento Letras Financeiras do Tesouro Notas do Tesouro Nacional - B Letras do Tesouro Nacional	316.128 154.353 278.613	93.857		93.857 316.128 154.353 278.613
Letras Financeiras de instit. privadas Contratos futuros Ações de companhias abertas	8	11.498	319.016	319.016 8 11.498
Total	749.102	105.355	319.016	1.173.473
Realizável a longo prazo		11.498	255.743	267.241
Ativo circulante	749.102	93.857	63.273	906.232

i. Os títulos públicos federais classificados como "Ativos financeiros para negociação" são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros - "Derivativos" são precificados pela BM&FBOVESPA S/A diariamente;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

- ii. Os títulos classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda" são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação da BM&FBOVESPA S/A;
- iii. Os títulos classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento" são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em base "pro rata dia", de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Encontram-se registrados em contas de compensação R\$ 164.937 em contratos de operações realizadas no mercado futuro de derivativos da BM&FBOVESPA S/A. Em 30 de junho o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 9.286 dados como garantia dessas operações.

O valor de custo das cotas de Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

O custo de aquisição e o valor de mercado em 30 de junho dos títulos de renda variável, eram os seguintes:

	Valor de custo	Valor de mercado
Ações de companhias abertas	6.068	11.498
	6.068	11.498

Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A valorização de R\$ 5.430 entre o valor de custo e o valor de mercado, foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ 3.258, após o registro de R\$ 2.172 em "Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas" conforme demonstrado na Nota 6 (a).

Os títulos públicos federais representativos das operações compromissadas e os disponíveis são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Os títulos públicos federais vinculados como garantia de operações realizadas no mercado de instrumentos financeiros derivativos são custodiados na BM&FBOVESPA S/A. Os títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os contratos de futuros são custodiados na BM&FBOVESPA S/A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

5 Carteira de créditos (operações de crédito e devedores por compra de valores e bens)

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2014
Empréstimos e títulos descontados	187.379
Financiamentos	4.295.138
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.031.200
RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Securitização – Alongamento de Dívidas de Crédito Rural	8.720 433.126 1.039.732
(Lei nº. 9.138/95) BNDES – Programas Agrícolas FINAME – Programas Agrícolas Outros financiamentos rurais e agroindustriais	11.057 3.135.457 161.048 1.242.060
Total de operações de crédito	10.513.717
Outros créditos - Diversos (Nota 6)	3.076
Total da carteira de créditos	10.516.793
Provisão para carteira de crédito	(274.398)
Operações de crédito Outros créditos - Diversos	(274.312) (86)
Total da carteira de créditos líquida de provisões	10.242.395
Realizável a longo prazo	8.582.685
Ativo circulante	1.659.710

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme mencionado na Nota 7, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(b) Concentração do total da carteira de créditos por setor de atividade

	2014
Agropecuária	3.778.377
Indústria	3.254.490
Borracha e plástico Combustível Couros e calçados Extrativa mineral Madeira Material de transporte Material elétrico e comunicações Metalúrgica/mecânica Mobiliário Papel e celulose Produtos alimentícios e bebidas Produtos de minerais não metálicos Química Têxtil e vestuário Outras	121.182 9.821 52.232 19.047 78.793 253.949 64.748 331.855 76.908 125.459 1.837.307 62.907 72.655 114.245 33.382
Infraestrutura	1.452.979
Construção civil Eletricidade, gás e água Transporte e armazenagem	52.130 746.459 654.390
Comércio e Serviços	2.027.871
Comércio Educação Saúde Outros serviços	1.593.871 30.544 89.974 313.482
Total de operações de crédito	10.513.717
Outros Créditos - Diversos (Nota 6)	3.076
	10.516.793

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(c) Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

	_	Provisão da carteira de créditos			
	Carteira			2014	
	2014	Resolução 2.682/99	Provisão adicional	Total	
AA	4.218.576				
Α	5.311.469	26.557		26.557	
В	489.857	4.899		4.899	
С	157.035	4.711		4.711	
D	87.364	8.737	4.368	13.105	
E	21.957	6.587	2.196	8.783	
F	21.354	10.677	3.203	13.880	
G	134.363	94.054	33.591	127.645	
Н	74.818	74.818		74.818	
Total da carteira					
de créditos	10.516.793	231.040	43.358	274.398	

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido com base na Resolução nº. 2.682/99, e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o Banco opera.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(d) Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

_								2014
	_					Parc	elas a vencer	
<u>-</u>	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	2.052	8.746	8.285	8.285	24.932	50.474	84.605	187.379
Setor privado	2.052	8.746	8.285	8.285	24.932	50.474	84.605	187.379
Financiamentos	17.921	59.416	49.860	46.634	152.215	344.527	3.624.565	4.295.138
Setor público Setor privado	17.921	1.598 57.818	1.343 48.517	1.349 45.285	3.980 148.235	7.362 337.165	30.182 3.594.383	45.814 4.249.324
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.880	218.922	46.430	51.926	170.530	443.671	5.086.841	6.031.200
Outros Créditos - Diversos (Nota 6)	71	95	80	78	235	388	2.129	3.076
Total	32.924	287.179	104.655	106.923	347.912	839.060	8.798.140	10.516.793

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(e) Movimentação da provisão da carteira de créditos

	2014
Saldo inicial	306.415
Constituição Reversão	38.185 (18.729)
Transferências para compensação	(51.473)
Saldo final	274.398

As recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como receitas de recuperação de créditos no grupo de "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito" e totalizam R\$ 81.779 no semestre findo em 30 de junho. Quando de sua ativação, essa operação deve ficar no "rating H" conforme determina a Resolução nº. 2.682/99 até que ocorra uma amortização significativa ou algum fato relevante que justifique uma melhora no nível de risco.

No decorrer do semestre o BRDE firmou contratos de renegociação de dívidas no montante de R\$ 108.943.

6 Outros créditos - diversos

	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) Devedores por depósitos em garantia (b) Devedores por compra de valores e bens (Nota 5 (a) e (b)) Pagamentos a ressarcir (c) Adiantamentos e antecipações salariais Pendências a regularizar Outros	217.355 152.185 3.076 15.306 2.516 1.199 392
Total	392.029
Realizável a longo prazo	306.667
Ativo circulante	85.362

(a) A Instituição constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Abaixo demonstramos as movimentações dos créditos e obrigações tributárias diferidas realizadas no 1º semestre de 2014:

Créditos tributários diferidos

	2013	Constituição	Realização	2014
Passivos contingentes	27.549	1.338	(76)	28.811
Provisão para riscos fiscais	22.915	364	(306)	22.973
Provisão para perdas com operações de				
crédito	120.780	24.194	(36.451)	108.523
Créditos baixados para prejuízo				
temporariamente indedutíveis	37.769	17.633	(17.818)	37.584
Provisão para assistência médica – Inativos	11.508	1.206	(699)	12.015
Licença prêmio em aquisição	1.264	62	(126)	1.200
Participação nos lucros e resultados		3.582		3.582
Ajuste ao valor de mercado de TVM	393	821	(191)	1.023
Insuficiência de depreciação	1.378			1.378
Provisão para perdas com outros créditos Provisão para desvalorização de outros	805	80	(851)	34
valores e bens	109	130	(7)	232
Total	224.470	49.410	(56.525)	217.355

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações tributárias diferidas

	2013	Constituição	Realização	2014
Ajuste ao valor de mercado de TVM	3.269	42	(116)	3.195
Renegociações REFIS/RECOOP	2.761	67	(161)	2.667
Renegociações Rural/PF Lei nº. 9.430/96	656	153	(153)	656
Atualização de depósitos judiciais Renegociações tributadas por caixa Lei nº.	17.707	1.873	, ,	19.580
9.430/96	17.083		(484)	16.599
Total	41.476	2.135	(914)	42.697

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00 ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também, quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no semestre, foi de R\$ (5.210) e R\$ (3.126), respectivamente. O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações tributárias foram classificados conforme previsão de realização, sendo os créditos no ativo circulante no montante de R\$ 66.358 e no realizável a longo prazo R\$ 150.997; e as obrigações no passivo circulante no montante de R\$ 1.894 e no exigível a longo prazo R\$ 40.803.

O montante dos créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço em 30 de junho, é de R\$ 13.187.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

Créditos tributários

						Do 6º ao	Após	
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	10º ano	10º ano	Total
Passivos contingentes	7.482	3.100	176	18.053	<u> </u>			28.811
Provisão para riscos fiscais			5.167	17.806				22.973
Provisão para perdas com								
operações de crédito	23.600	15.080	13.434	13.259	11.945	31.205	1.202	109.725
Créditos baixados para								
prejuízo temporariamente								
indedutíveis	30.066	7.518						37.584
Provisão para assistência								
médica - Inativos	1.373	1.337	1.302	1.264	1.226	5.513	11.670	23.685
Licença prêmio em aquisição	240	240	240	240	240			1.200
Participação nos lucros e								
resultados	3.582							3.582
Ajuste ao valor de mercado								
de TVM			1.023					1.023
Insuficiência de depreciação					1.378			1.378
Provisão para perdas com								
outros créditos	15	6	5	5	2	1		34
Provisão para desvalorização								
de outros valores e bens		232					191	423
Provisão para perdas em								
participações societárias							124	124
Total	66.358	27.513	21.347	50.627	14.791	36.719	13.187	230.542

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Obrigações tributárias

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Do 6º ao 10º ano	Após 10º ano	Total
Ajuste ao valor de mercado de TVM Renegociações					3.195			3.195
REFIS/RECOOP Renegociações Lei nº.	395	475	270	177		1.350		2.667
9.430/96 Atualização de depósitos	182	52	52	53	53	264		656
judiciais Renegociações tributadas		199	3.082	16.299				19.580
por caixa Lei nº. 9.430/96	1.317	1.656	2.152	2.464	2.433	6.577		16.599
Total	1.894	2.382	5.556	18.993	5.681	8.191		42.697

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 197.145 e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 36.511.

- (b) Em agosto de 2011 o BRDE realizou depósito em favor da Receita Federal do Brasil RFB, registrando em seu ativo um depósito judicial de R\$ 53.011 atualizado para R\$ 66.147 em 30 de junho, para suportar ação fiscal atinente à CSLL, no que se refere à dedução na base de calculo da CSLL do saldo devedor de correção monetária complementar, previsto na Lei nº. 8.200/91 (Nota 8 (a)).
- (c) Do montante registrado em "Pagamentos a Ressarcir", R\$ 13.943 referem-se a bônus concedidos em operações do PESA a serem recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional STN.

7 Obrigações por repasses no país – Instituições oficiais

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2034, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del-credere".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Vencimento	
	2014
Sem vencimento	55.718
Até 3 meses	474.655
De 3 a 12 meses	1.115.514
De 1 a 3 anos	2.926.604
De 3 a 5 anos	2.226.812
De 5 a 15 anos	3.273.529
Acima de 15 anos	25.256
-otal	10.098.088
Exigível a longo prazo	8.452.201
Passivo circulante	1.645.887

8 Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2014
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 6 (a)) Provisão para riscos fiscais e previdenciários ((a) e (b)) Provisão para impostos e contribuições sobre lucros Impostos e contribuições a recolher	42.697 70.470 62.961 6.469
Total	182.597
Exigível a longo prazo	111.274
Passivo circulante	71.323

O Banco possui provisões para riscos fiscais e previdenciários registradas nessa rubrica e cujo montante está assim composto:

	2013	Constituição	Realização	2014
Fiscais (CSLL/PAT) (a) Previdenciárias (INSS) (b)	55.923 13.525	1.629 159	(766)	57.552 12.918
Total	69.448	1.788	(766)	70.470

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

- (a) As provisões fiscais são referentes aos seguintes fatos:
 - i. CSLL R\$ 56.637: processo envolvendo ação fiscal atinente à CSLL, no que se refere à dedução na base de calculo da CSLL do saldo devedor de correção monetária complementar, previsto na Lei nº. 8.200/91. Em 29/11/1994, o BRDE foi cientificado pela União Federal da alteração de entendimento tributário de que não mais o considerava uma autarquia a partir daquela data. O valor provisionado refere-se à parcela apurada no período anterior à 29/11/1994 que, em junho de 2012, passou a ser considerada como de perda provável pelos assessores jurídicos do Banco. Em agosto de 2011 o BRDE realizou depósito integral em favor da RFB, quitando a parcela de CSLL apurada a partir da data de 29/11/1994 que já havia sido anteriormente provisionada, bem como, registrando em seu ativo um depósito judicial equivalente à parcela em discussão; e
 - ii. INCENTIVO FISCAL PAT R\$ 915: refere-se à ação judicial fiscal atinente ao IRPJ, visando o direito de deduzir incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador PAT, sem limitação de valor por refeição previsto pela RFB, mas com base no valor efetivamente dispendido, bem como restituir valores recolhidos a maior de 2008 a 2012. O valor provisionado refere-se à parcela de IRPJ apurada a maior em 2013, adotando-se o critério da RFB. O BRDE efetua depósito judicial da parcela em discussão.
- (b) A provisão previdenciária é referente ao seguinte fato:

INSS – R\$ 12.918: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo. Neste semestre foi extinto processo de R\$ 766 referente a honorários sucumbenciais em favor do INSS decorrente de ação fiscal já quitada por pagamento.

9 Outras obrigações – diversas

	2014
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 10) Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais Valores de mutuários a regularizar (a) Pagamentos a processar Salários e benefícios a pagar Pendências a regularizar Provisão para assistência médica – Inativos (Nota 13 (b)) Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 14 (b)) Outras	72.026 29.381 20.222 1.434 8.955 1.161 59.213 10.171 3.889
Total	206.452
Exigível a longo prazo	141.022
Passivo circulante	65.430

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(a) O montante de R\$ 20.222, registrado em "Valores de Mutuários a Regularizar", refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

10 Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

-	2013	Constituição	Realização	2014
Trabalhistas (a) Cíveis (Honorários/Indenização) (b)	22.633 46.240	1.776 1.569	(192)	24.217 47.809
Total _	68.873	3.345	(192)	72.026

- (a) O Banco possuía, em 30 de junho, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 24.217. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 103.894 que correspondem em sua quase totalidade a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).
- **(b)** As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
 - i. R\$ 45.131 refere-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
 - ii. R\$ 2.678 refere-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

11 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no semestre findo em 30 de junho, os lucros acumulados do semestre corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

No transcorrer do primeiro semestre de 2014 o BRDE concluiu o processo de capitalização do Banco, onde o capital subscrito de R\$ 85.303 passou para R\$ 685.303, sendo R\$ 200.000 através de reservas e R\$ 400.000 pela entrada de novos recursos. O referido processo já foi homologado pelo BACEN, estando pendente apenas do aporte de R\$ 200.000 pelo Estado do Paraná.

12 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2014
Resultado do semestre, antes da tributação	208.746
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(83.498)
Adições e exclusões Provisão para passivos contingentes Provisão para riscos fiscais Provisão para operações de crédito Créditos baixados como prejuízo Provisão para participação nos lucros Provisão para assistência médica Atualização de depósitos judiciais Recuperações de crédito de optantes do REFIS e da Lei nº. 9.430/96 Outros, líquidos	(1.261) (409) 12.037 185 (3.582) (715) 1.873 (579) 588
Incentivos fiscais	91
IRPJ e CSLL correntes	(75.270)
IRPJ e CSLL diferidos ativos (Nota 6 (a))	(7.808)
IRPJ e CSLL diferidos passivos (Nota 6 (a))	(1.295)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(84.373)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

13 Benefícios Pós-Emprego

Em conformidade com a Deliberação nº. 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as informações referentes aos planos de benefícios a empregados, patrocinados pelo BRDE, são as seguintes:

(a) Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários: o Plano de Benefícios I, estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo regime atuarial de determinação do custo e das contribuições é o de capitalização ortodoxa, avaliado por atuário independente; e o Plano de Benefícios II, implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados a partir do montante capitalizado das contribuições de igual monta do BRDE e dos participantes.

O BRDE realizou, em dezembro de 2013, os cálculos atuariais adequados aos novos critérios definidos pela Deliberação nº. 695 da CVM.

Abaixo é demonstrado o cálculo das obrigações do BRDE relativo ao Plano de Benefícios I:

	Dez/2013
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano	587.611 (605.929)
Valor presente das obrigações (inferior)/em excesso ao valor justo dos ativos	(18.318)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(18.318)

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

A despesa prevista do BRDE para o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 é a demonstrada no seguinte quadro:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

	2014
 (+) Custo do serviço corrente (+) Custo dos juros (-) Rendimento esperado dos ativos (-) Contribuições dos empregados 	1.230 72.246 (75.278) (5.463)
(=) Despesa/(Receita) do empregador para 12 meses (-) Contribuições do empregador	(7.265) (5.463)
(=) Total da despesa/(receita) adicional a reconhecer	(12.728)

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

Taxa de desconto atuarial – taxa real	6,47% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	12,84% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real	6,47% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal	12,84% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro	Projetado pelo ISBRE
Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal	5,98% ao ano
Inflação projetada	5,98% ao ano
Fator de capacidade	98,20%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 M suavizada em
	10%
Tábua de mortalidade de inválidos	, MI-85 M
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade
Composição familiar	Família Média
	75% casados
	4 anos de diferença de
	idade entre os cônjuges

(b) Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2013, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação nº. 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", conforme o demonstrativo a seguir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

	Dez/2013
Valor presente reconhecido em resultado	32.542
Ganhos/(Perdas) reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial	24.883
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	57.425

O saldo das obrigações descobertas, ajustado para 30 de junho, é de R\$ 59.213.

Conforme previsão contida no item 57 (d) da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial" no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 15.352, líquido de efeitos tributários.

Devido à variação na expectativa de realização da obrigação atuarial, ocorrida pela passagem do semestre, houve um acréscimo de R\$ 63 na constituição do crédito tributário. O saldo dos ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (19.833) no semestre findo.

A despesa prevista do BRDE para o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 é a demonstrada no seguinte quadro:

	2014
(+) Custo do serviço corrente(+) Custo dos juros	1.254 7.094
(=) Despesa/(Receita) do empregador para 12 meses (-) Contribuições do empregador	8.348 (4.462)
(=) Total da despesa/(receita) adicional a reconhecer	3.886

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

Taxa de desconto atuarial – taxa real	6,47% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	12,84% ao ano
Inflação projetada	5,98% ao ano
Taxa de crescimento dos custos com saúde – taxa nominal	7,92% ao ano
Fator de capacidade	98,20%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 M suavizada em
	10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS
Tábua de rotatividade	Não aplicado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Entrada em aposentadoria Composição familiar 100% na elegibilidade Família Média 75% casados 4 anos de diferença de idade entre os cônjuges

14 Partes relacionadas

- (a) As despesas com os honorários dos administradores no semestre findo em 30 de junho montaram a R\$ 1.795. Os administradores não recebem benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.
- (b) No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu da Fundação BRDE de Previdência Complementar ISBRE o imóvel onde encontra-se instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a.. Em 30 de junho, o valor devido é de R\$ 10.171 (Nota 9) e as despesas com encargos no semestre, registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais", são de R\$ 715.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau e participantes de seu capital.

Em 2009 foi concedido financiamento à pessoa jurídica de um atual diretor do BRDE empossado em julho de 2011, data posterior ao empréstimo. O montante devido é de R\$ 44 e tem vencimento final em janeiro de 2015.

Dessa forma, não foram concedidos pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15 Outras informações

- (a) Avais e fianças prestados, mediante prestação de contra-garantias pelos beneficiários, montam a R\$ 195.593.
- (b) Em 30 de junho, o BRDE mantém registrado no ativo realizável a longo prazo como "Créditos específicos" o montante de R\$ 62.533, relativo a créditos perante a Secretaria do Tesouro Nacional STN em decorrência da equalização de taxas de juros de operações de crédito rural, repassadas com recursos de instituições oficiais, que deverá ser pago pela STN em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

conformidade com o cronograma de vencimento da carteira de operações de crédito securitizadas.

- (c) O BRDE mantém seguros sobre seus bens patrimoniais bem como sobre os bens oferecidos em garantia nas suas operações de crédito.
- (d) Até setembro de 2013, a apuração dos limites de capital era regulada pela Resolução nº. 3.444 do BACEN. A partir de outubro, novos procedimentos foram estabelecidos pelo BACEN através da Resolução nº. 4.192 que limitou a utilização de reservas na composição do PR em 200% do capital social. Assim, pelas normas atuais, os limites de capital no semestre findo, apresentaram o patrimônio de referência (PR) da Instituição no valor de R\$ 1.455.911 e uma exigência de capital para cobrir os riscos de R\$ 1.192.609, decorrente de um ativo ponderado pelo risco (RWA) de R\$ 10.841.896. O Coeficiente de Basiléia do BRDE em junho, fica em 13,43%, superior ao mínimo exigido para as Instituições Financeiras no Brasil, que é de 11,00%.
- (e) Em maio deste ano, a MP nº. 627 que altera a legislação tributária federal e revoga o Regime Tributário de Transição RTT foi convertida na Lei nº. 12.973. O BRDE, em conjunto com sua assessoria tributária, constatou que não haverá qualquer impacto para o Banco.

16 Gerenciamento de Risco e Instrumentos financeiros

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse "casadas" entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

O BRDE contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos com o objetivo exclusivo de proteger sua carteira e considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima.

* * *

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Controladores do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial do Banco em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam:

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- (b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de agosto de 2014.

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de agosto de 2014.

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/F-7

Rodrigo de Mattos Lia Contador CRC 1SP252418/O-3



Composição da Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- Diretor-Presidente
- Vice-Presidente e Diretor de Operações
- Diretor de Planejamento
- Diretor Administrativo
- Diretor Financeiro
- Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos

- > JORGE GOMES ROSA FILHO
- > NEUTO FAUSTO DE CONTO
- > CARLOS HENRIQUE VASCONCELLOS HORN
- NIVALDO ASSIS PAGLIARI
- > RENATO DE MELLO VIANNA
- JOSÉ HERMETO HOFFMANN

Composição do Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- PRESIDENTE
- REPRESENTANTES DO ESTADO DO PARANÁ
- REPRESENTANTES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
- REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- JORGE GOMES ROSA FILHO
- > EDGARD RIBEIRO PIMENTEL
- > VALMOR WEISS
- > ANTONIO CERON
- > CELSO ANTÔNIO CALCAGNOTTO
- > MAURO KNIJNIK
- > TELMO MOTTA JUNIOR

JORGE RICARDO RODRIGUES Contador Geral-CRCRS-045.950/O-8 CPF – 398.725.050-04